

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL

FACULDADE DE EDUCAÇÃO

LICENCIATURA EM PEDAGOGIA

Willian Domenique Campos dos Santos

**CENTROS DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL INFANTOJUVENIL (CAPSij) E
ESCOLAS: ENCONTROS, DIFERENÇAS E POSSIBILIDADES DE UM CUIDADO
INTERSETORIAL E COLABORATIVO**

Porto Alegre - RS

2023

Willian Domenique Campos dos Santos

**CENTROS DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL INFANTOJUVENIL (CAPSij) E
ESCOLAS: ENCONTROS, DIFERENÇAS E POSSIBILIDADES DE UM CUIDADO
INTERSETORIAL E COLABORATIVO**

Trabalho de conclusão apresentado à
Comissão de Graduação do Curso de
Licenciatura em Pedagogia, da Universidade
Federal do Rio Grande do Sul, como requisito
parcial e obrigatório para a obtenção do Título
de Licenciado em Pedagogia.

Orientadora: Profa. Dra. Daniele Noal Gai

Porto Alegre - RS

2023

Willian Domenique Campos dos Santos

**CENTROS DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL INFANTOJUVENIL (CAPSij) E
ESCOLAS: ENCONTROS, DIFERENÇAS E POSSIBILIDADES DE UM CUIDADO
INTERSETORIAL E COLABORATIVO**

Trabalho de conclusão apresentado à Comissão de Graduação do Curso de Licenciatura em
Pedagogia, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial e
obrigatório para a obtenção do Título de Licenciado em Pedagogia.

Aprovado em: ____ de _____ de _____.

BANCA EXAMINADORA

Profª. Dra. Claudia Rodrigues de Freitas - UFRGS

Prof. Dr. Elisandro Rodrigues - UFRGS

Profª. Dra. Daniele Noal Gai - UFRGS (Orientadora)

AGRADECIMENTOS

Nesse meu itinerário acadêmico, pude contar com a presença de diversas pessoas que foram essenciais, pois a partir dessas relações, trocas e aprendizados, eu segui por vias que contribuíram e seguem contribuindo nessa jornada na intersecção entre educação e saúde.

Gostaria de expressar minha gratidão, em particular à minha amiga Paola, cuja sugestão de estágio desempenhou um papel fundamental em minha trajetória até à Pedagogia. Também, à minha amiga Samantha, que me acompanhou durante esses longos anos de maneiras incontáveis.

Estendo meus agradecimentos a todos meus amigos e colegas que compartilharam comigo em momentos de esperança e alegria, mas também de dúvidas e angústias.

À minha família que, mesmo cada um à sua maneira, me ofereceram suporte nos mais diversos momentos da minha vida.

À minha orientadora Daninoal por continuar insistindo que era capaz mesmo nos momentos em que eu não conseguia perceber isso. Obrigado pelos ensinamentos, sensibilidade, escuta e afetos.

Aos alunos e usuários que tive a oportunidade de atender, agradeço por me proporcionarem uma visão prática das potencialidades da pedagogia e da educação.

Às colaboradoras desta pesquisa, que generosamente investiram seu valioso tempo para estar presente nas entrevistas, proporcionando momentos de diálogo, troca, e reafirmações.

Quero destacar também a equipe da Escola Municipal onde estagiei, que acolheu um jovem recém-ingresso ao ensino superior e por afirmarem que a Pedagogia era o caminho que eu deveria seguir.

Assim como a equipe do CAPSij, onde ainda estou estagiando, por afirmarem a importância da pedagogia em um serviço de saúde.

E, por último, mas não menos importante, ao meu gato Tommy que, embora que não esteja mais presente, foi um ótimo companheiro de estudos durante grande parte da minha graduação e desta pesquisa.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AEE - Atendimento Educacional Especializado

ECA - Estatuto da Criança e do Adolescente

ERE - Ensino Remoto Emergencial

FICAI - Ficha de Comunicação de Aluno Infrequente

CAPS - Centro de Atenção Psicossocial

CAPSij - Centro de Atenção Psicossocial Infantojuvenil

CRAS - Centro de Referência de Assistência Social

LDBEN - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

NEE - Necessidades Educacionais Especiais

PME - Plano Municipal de Educação

RAPS - Rede de Atenção Psicossocial

SASE - Serviço de Assistência Social e Educacional

SAF - Serviço de Atendimento à Família

SEC - Secretaria de Educação do Rio Grande do Sul

SMED - Secretaria Municipal de Educação de Porto Alegre

SIR - Sala de Integração e Recursos

SRM - Sala de Recursos Multifuncionais

SUS - Sistema Único de Saúde

TOD - Transtorno Opositor Desafiador

UBS - Unidade Básica de Saúde

RESUMO

O presente estudo compartilha perspectivas e considerações de profissionais da saúde e educadoras especiais sobre um trabalho intersetorial e colaborativo entre os Centros de Atenção Psicossocial Infantojuvenil (CAPSij) e Escolas da rede pública de Porto Alegre. Objetivou-se identificar quais são os elementos limitantes, os elementos facilitadores e as possibilidades de um trabalho intersetorial e colaborativo, assim como verificar como essas instituições realizam o acompanhamento de crianças e adolescentes com transtornos ou em sofrimento psíquico. Trata-se de uma pesquisa com enfoque exploratório e abordagem qualitativa que utiliza entrevistas semiestruturadas realizadas com profissionais da saúde e educação e considera a importância da legislação, documentos, outros estudos e revisão de literatura sobre a temática. A partir dos relatos das colaboradoras, foi possível perceber desafios significativos no processo de estabelecimento de redes de colaboração, na busca por meios de estabelecer uma comunicação eficaz e participação de profissionais dessas áreas em movimentações existentes devido a sobrecarga de trabalho, carência de profissionais atuantes, gestão do tempo, formação sobre temáticas atuais e sensíveis e a falta de comunicação entre educação e saúde. As colaboradoras indicam a necessidade de espaços regulares para trocas e discussões entre os setores de saúde mental e educação, investimento, políticas e práticas que fomentam a intersetorialidade e a construção de ambientes capazes de integrar e possibilitar um trabalho colaborativo que atue diretamente com crianças e adolescentes, principalmente aquelas que apresentam Necessidades Educacionais Especiais.

Palavras-chave: Educação. Saúde. Centro de Atenção Psicossocial Infantojuvenil. Escola. Trabalho Intersetorial e Colaborativo.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	7
2. REFERENCIAL TEÓRICO	10
2.1 ATENÇÃO PSICOSSOCIAL E TRABALHO COLABORATIVO	10
2.2 OS CENTROS DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL E OS DIREITOS DE PESSOAS COM TRANSTORNOS MENTAIS	11
2.3 A ESCOLA PÚBLICA E O DIREITO À EDUCAÇÃO	12
3. METODOLOGIA	15
4. ANÁLISE DE DADOS	17
4.1 O COTIDIANO DAS RELAÇÕES ENTRE CAPSij E ESCOLAS	19
4.2 OS DESAFIOS E BARREIRAS PARA UMA COMUNIC(AÇÃO) EFETIVA	26
4.3 VIAS POR ENTRE E PARA UM TRABALHO INTERSETORIAL	33
4.4 POSSIBILIDADES DE UM TRABALHO INTERSETORIAL E COLABORATIVO	35
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	39
REFERÊNCIAS	41
APÊNDICE A - ROTEIRO PARA ENTREVISTA COM PROFISSIONAIS DE CAPSij	44
APÊNDICE B - ROTEIRO PARA ENTREVISTA COM PROFESSORAS E EDUCADORAS ESPECIAIS	45
ANEXO A - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO	46

1. INTRODUÇÃO

O presente Trabalho de Conclusão de Curso de Licenciatura em Pedagogia, da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, tem como intencionalidade identificar as formas como acontecem articulações intersetoriais entre os Centros de Atenção Psicossocial Infantojuvenil (CAPSij) do município de Porto Alegre com as Escolas da Rede Pública do mesmo município. Como graduando, no decorrer deste período, tive a oportunidade de transitar e experienciar por ambas organizações institucionais que são foco desta pesquisa.

Percebo minha trajetória escolar e acadêmica como um caminho que percorri pela educação até suas inter-relações com a saúde. Meu itinerário inicia, portanto, antes mesmo de começar a cursar Pedagogia, em minha graduação anterior em Licenciatura em Ciências Biológicas, durante a qual, no ano de 2018, comecei um estágio não-obrigatório. Neste estágio, atuava no acompanhamento em sala de aula aos alunos público-alvo da Educação Especial vinculados à Sala de Integração e Recursos (SIR) de uma escola pública do município de Porto Alegre/RS.

Nesse estágio, surgiram as primeiras inquietações relativas à prática docente e as contribuições do “fazer pedagógico” aos alunos daquela escola. Percebia que muitos alunos já recebiam um carimbo com seus diagnósticos, hipóteses e impressões que pareciam dificultar um olhar pedagógico sensível por parte dos professores, principalmente dos Anos Finais do Ensino Fundamental. Alguns realizavam diversos comentários sobre as dificuldades e transtornos de aprendizagem de seus alunos, no manejo com as turmas ou como certo estudante atrapalhava sua aula e como outro não prestava atenção em nada. Eram diversos os comentários sobre estes alunos e suas características e dificuldades, mas poucos os movimentos de algumas adaptações curriculares necessárias, da prática docente ou outro possível movimento pedagógico em vistas à inclusão daquele aluno já marcado pelo seu diagnóstico. Era contratado como estagiário de apoio à inclusão, mas, devido a essa e outras questões, nesses momentos, perguntava-me se minha prática de estágio era verdadeiramente inclusiva.

No entanto, em meio a essas dificuldades, também encontravam-se momentos e situações que iam ao encontro da prática inclusiva. Principalmente pelas pedagogas que atuavam nos Anos Iniciais ou as profissionais do Atendimento Educacional Especializado (AEE) realizado na SIR. Com estas educadoras, conseguia observar o olhar sensível tão

necessário a esse tipo de prática; o cuidado e a preocupação em realizar todos os movimentos possíveis que pudessem auxiliar o aluno nos aspectos pedagógicos necessários.

Neste ambiente tive minhas primeiras experiências em educação e saúde e, a partir dessa prática de estágio, os encantamentos, as dificuldades e as possibilidades do trabalho pedagógico também voltado à saúde, motivaram-me a trocar o curso de Licenciatura em Ciências Biológicas e seguir minha trajetória acadêmica em um novo rumo no curso de Pedagogia. Todas essas questões também me encaminharam a realizar, no ano de 2021, o primeiro estágio curricular, nomeado de Estágio de Docência I: Educação Especial, Processos e Práticas em um CAPSij do município de Porto Alegre. No ano seguinte, iniciei um novo estágio não-obrigatório no mesmo local onde atuo desde junho de 2022.

Visto que realizei o estágio curricular durante o Ensino Remoto Emergencial (ERE), somente quando iniciei de modo não-obrigatório pude experienciar a realidade cotidiana no CAPSij e iniciar uma comunicação com todos os profissionais atuantes. Durante as reuniões para discussões de casos, pude perceber, refletir e apreciar as possibilidades de um trabalho multiprofissional e intersetorial, mas ainda assim percebia dificuldades no estabelecimento de relações além de momentos eventuais sejam com escolas, com UBS ou outras instituições ou serviços. Falava-se tanto em uma rede que, para mim, naquele momento, não era visível.

A presença da pedagogia em Centros de Atenção Psicossocial (CAPS) é ainda pouco conhecida e até mesmo questionada, no sentido de que muitos desconhecem o que um pedagogo poderia realizar em um espaço de promoção de saúde mental. Esse desconhecimento é percebido até mesmo entre os pedagogos, pois, assim como Farias e Francisco (2022) explicam, muitos desconhecem todas as possibilidades de atuação devido ao enfoque do processo formativo na escola como o espaço para prática desses profissionais. No entanto, a presença de pedagogos está afirmada entre os profissionais de nível superior indicados na Portaria Nº 336/2002 que estabelece os Centros de Atenção Psicossocial (BRASIL, 2002).

Com isso, a partir da minha trajetória, da minha atuação no Centro de Atenção Psicossocial da Infância e Adolescência, das perspectivas mencionadas e principalmente pela vontade de realizar um trabalho em conjunto com as escolas dos usuários atendidos no CAPSij, esta pesquisa parte do seguinte questionamento: como acontecem articulações intersetoriais entre CAPSij e escolas? Além disso, faz-se relevante para compreender como acontecem articulações intersetoriais entre os CAPSij e as escolas a fim de identificar quais

são os elementos limitantes, os elementos facilitadores e as possibilidades de um trabalho intersetorial e colaborativo, assim como verificar como essas instituições realizam o acompanhamento de crianças e adolescentes com transtornos e/ou em sofrimento psíquico.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

A presente pesquisa tem como objeto de estudo as relações de trabalho entre CAPSij e Escolas. Diante disso, o texto de referencial teórico está organizado em três seções. A primeira seção conceitua atenção psicossocial e trabalho colaborativo. A segunda seção apresenta o que são os Centros de Atenção Psicossocial e os direitos das pessoas com transtornos mentais. A terceira seção trata de questões educacionais nas escolas públicas e o direito à educação.

2.1 ATENÇÃO PSICOSSOCIAL E TRABALHO COLABORATIVO

*“[...] exercício de colocar o foco nas relações de cuidado em saúde mental para infância e adolescência tomando a criança e/ou adolescente como capaz de **afetar-se e produzir afetos** no outro.”*

(BATTISTELLI & CRUZ, 2016, p. 191, grifo meu).

O cuidado em saúde mental de crianças e adolescentes não pode se configurar somente no acompanhamento psiquiátrico para controle de sintomas, pois não se caracteriza somente em um cuidado do corpo biológico, mas envolve outras ordens relevantes da vida do sujeito como o âmbito social, econômico, pessoal, emocional, relacionado ao ambiente em que o indivíduo se encontra e ao seu adoecimento mental (CARDOSO & GALERA, 2011). Com isso, o cuidado, o afeto e o trabalho de quem atua em atenção psicossocial se configura em um cuidado que envolve todos esses fatores.

A partir dessa perspectiva, acrescento uma das considerações de Beltrame e Boarini (2013) que destacam em sua pesquisa sobre as demandas escolares de CAPSij os seguintes aspectos problemáticos no cuidado de crianças [e adolescentes]: o foco do tratamento dos usuários ser centrado nos profissionais da medicina, processo que podem levar a uma medicalização da infância e a responsabilização do indivíduo por dificuldades que integram esferas maiores como as educacionais, familiares e os problemas sociais.

O cuidado integral do indivíduo deve considerar os diferentes campos de atuação que integram um cuidado integral do sujeito como sua “subjetividade, singularidade e visão de mundo.” (BATTISTELLI & CRUZ, 2016, p. 192). As autoras também apresentam que é necessário considerar linhas de cuidado que demandam um trabalho para além de encaminhamento e reuniões para discussão de caso, mas um trabalho acurado e potente entre

os profissionais que atuam na mesma instituição, mas também entre profissionais de serviços distintos e políticas públicas. (BATTISTELLI & CRUZ, 2016). Teixeira, Couto e Delgado (2017), agregam dissertando que é necessário um cuidado colaborativo que possua uma abordagem colaborativa e que possibilite o surgimento de alternativas inovadoras e eficazes para articulação entre diferentes instituições, setores e profissionais. (TEIXEIRA, COUTO & DELGADO, 2017).

2.2 OS CENTROS DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL, OS DIREITOS DE PESSOAS COM TRANSTORNOS MENTAIS E O DIREITO À SAÚDE

Os CAPS, estabelecidos pela portaria N° 336/2002, integram parte da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS), do Sistema Único de Saúde (SUS), para pessoas com sofrimentos psíquicos, transtornos mentais ou com necessidades resultantes do uso de álcool ou drogas. A RAPS foi instituída em 2011 pela portaria N° 3.088/2011 e é assegurada pela Lei N° 10.216/2001 que dispôs acerca da proteção e direitos da pessoa com transtornos mentais, além de redirecionar o modelo assistencial em saúde mental. (BRASIL, 2001; BRASIL, 2002; BRASIL, 2011a).

Esses centros são serviços de base territorial com a função de oferecer atenção em saúde mental e têm como objetivo oferecer atendimento e realizar acompanhamento clínico assim como a reinserção social dos usuários através da oferta e acesso ao trabalho, lazer, direitos e fortalecimento de laços familiares e sociais. (BRASIL, 2004).

Os Centros de Atenção Psicossocial Infantojuvenil (CAPSij) têm como propósito atender crianças e adolescentes de até 18 anos comprometidos psicologicamente de modo grave. (BRASIL, 2004). Devem ser compostos por uma equipe multiprofissional constituída por um médico, um enfermeiro, quatro profissionais de nível superior (psicólogos, assistentes sociais, terapeutas ocupacionais, fonoaudiólogos, pedagogos entre outros) e cinco profissionais de nível técnico relativos à área terapêutica, educacional, administrativa ou da saúde. (BRASIL, 2002).

Os atendimentos no CAPSij podem acontecer de forma individual, em grupo ou através de oficinas terapêuticas. Podem realizar visitas e atendimentos domiciliares, assim como o atendimento à família. Além disso, atividades comunitárias ou ações intersetoriais

com o objetivo de integração da criança e do adolescente em espaços escolares, familiares e comunitários também podem ser realizadas. (BRASIL, 2002).

Os cuidados em saúde mental estão mencionados no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), que assegura a assistência psicossocial qualificada e cuidados que compreendem os relacionados ao uso de álcool e outras drogas e atenção a adolescentes com deficiência, sendo estes últimos somente mencionados no capítulo V que designa a atenção a adolescente em cumprimento de medidas socioeducativas. Contudo, o direito à saúde de modo integral e de proteção à vida é assegurado por meio de políticas públicas e o acesso integral às linhas de cuidado voltadas à saúde de crianças e adolescentes, por intermédio do SUS. (BRASIL, 1990).

2.3 A ESCOLA PÚBLICA E O DIREITO À EDUCAÇÃO

As escolas desempenham um papel crucial para a maioria das crianças e adolescentes, pois servem não somente como instituições educacionais, mas também como espaços essenciais para o acesso a direitos legalmente assegurados, sendo o próprio direito à educação um desses direitos fundamentais.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), Lei 9.394 de 1996, configura o acesso à educação básica obrigatório como direito público a qualquer cidadão. (BRASIL, 1996). Além da LDBEN, a Constituição Federal prevê tanto educação quanto saúde como direitos sociais e estabelece como competência da União proporcionar meios de acesso à educação e cuidar da saúde e assistência pública. (BRASIL, 1988). O ECA reforça o acesso à educação e à saúde, incluindo o atendimento educacional especializado a pessoas com deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino. (BRASIL, 1990).

A Declaração de Salamanca (1994), mesmo não sendo uma Lei, é um documento internacional que indica princípios, políticas e práticas sobre atendimentos de Necessidades Educacionais Especiais (NEE), intencionando uma educação inclusiva, equitativa e de qualidade, assim como reforça que todas as crianças [sujeitos] devem frequentar o ensino regular “[...] independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, lingüísticas ou outras.” (CONFERÊNCIA MUNDIAL SOBRE NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECIAIS, 1994).

O Decreto Nº 7.611 de 2011 define a Educação Especial e o Atendimento Educacional Especializado (AEE). Este documento indica que o AEE deve integrar a proposta pedagógica da escola e atender as necessidades especiais do público-alvo da Educação Especial: “pessoas com deficiência, com transtornos globais do desenvolvimento e com altas habilidades ou superdotação” (BRASIL, 2011). Esses atendimentos têm como objetivo garantir acesso e participação plena de estudantes no ensino regular, proporcionando apoio especializado e garantindo a continuidade dos estudos nos demais níveis, assim como a transversalidade das ações da Educação Especial e o desenvolvimento de recursos didáticos e pedagógicos que eliminem barreiras do processo de ensino e aprendizagem. Esse documento ainda define as Salas de Recursos Multifuncionais (SRM) para realização dos AEE. (BRASIL, 2011).

As SRM também estão estabelecidas tanto em âmbito estadual quanto municipal. O caderno pedagógico Nº 01, sobre a Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva define diversas diretrizes orientadoras para a rede pública e estadual do Rio Grande do Sul e, em sua apresentação, declara que:

[...] uma política pública se constrói na articulação de diversas ações. Com relação à Educação Inclusiva, o documento demonstra a ênfase dada às políticas de formação continuada docente aos professores especializados e aos professores do ensino comum e ao investimento em oportunizar as condições de acessibilidade necessárias para o acolhimento e permanência desses sujeitos em nossas escolas. (SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, p. 3, 2014).

Já na rede pública municipal de Porto Alegre, as SRM estão definidas como Sala de Integração e Recursos (SIR), e asseguradas pela Lei Municipal Nº 11.865 de 2015 que define o Plano Municipal de Educação (PME). Este documento determina diversas estratégias, sendo uma delas garantir e ampliar oportunidades de escolarização ao público-alvo da Educação Especial “[...] considerando os aspectos socioafetivos e cognitivos de desenvolvimento [...]”. (PORTO ALEGRE, 2015).

A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, publicada em 2008, estabelece as diretrizes e estratégias para a promoção da Educação Inclusiva que buscam assegurar o acesso, a permanência e o aprendizado de todos os estudantes, independentemente de suas Necessidades Educacionais Especiais. Uma dessas diretrizes ressalta que a formação do professor na área da educação especial deve ser pautada por conhecimentos gerais e específicos da área, visando o capacitar para o AEE, promovendo colaboração interdisciplinar em salas de ensino regular, salas de recursos, centros de atendimento educacional especializado, entre outros. Esta formação tem em vista o

desenvolvimento de projetos em parceria com outras áreas, visando à acessibilidade, os atendimentos de saúde, ações de assistência social, trabalho e justiça. (BRASIL, 2008).

Todos esses documentos são fundamentais para assegurar a educação de crianças e adolescentes e que esses tenham oportunidades de se desenvolver de forma integral. Uma educação verdadeiramente inclusiva não deve apenas considerar todas as NEE, mas também realizar um esforço para atender todas as necessidades de maneira sensível.

3. METODOLOGIA

Trata-se de uma pesquisa com enfoque exploratório, pois objetiva “[...] proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a constituir hipóteses.” (GIL, 2002, p. 41) e de abordagem qualitativa, pois considera aspectos subjetivos, “[...] aspectos da realidade que não podem ser quantificados, centrando-se na compreensão e explicação da dinâmica das relações sociais.” (SILVEIRA & CORDOVA, 2009, p. 32).

Nesta pesquisa, busco reconhecer como ocorrem articulações intersetoriais entre profissionais de diferentes áreas que integram o cuidado psicossocial de crianças e adolescentes em CAPSij e escolas, identificando quais são os elementos limitantes e facilitadores para o estabelecimento de ações de cuidado intersetorial entre estas instituições. Além disso, esta pesquisa considera a importância da legislação, documentos, outros estudos e revisão de literatura sobre a temática que fundamentam os argumentos apresentados. Isso se complementa com a realização de entrevistas semiestruturadas com profissionais atuantes em CAPSij e escolas.

As entrevistas foram realizadas com cinco profissionais que atuaram ou atuam em CAPSij de Porto Alegre e seis profissionais que atuaram ou atuam como professoras ou educadoras especiais em escolas públicas de Porto Alegre, totalizando 10 colaboradoras visto que uma delas tem experiência em ambas instituições. As entrevistas ocorreram entre maio e julho de 2023, de forma coletiva e on-line, em encontros com duração de aproximadamente 01 hora. Também foram realizadas entrevistas de forma individual, presencial ou on-line, em encontros com duração de aproximadamente 30 minutos.

Inicialmente, havia a expectativa de envolver um número maior de colaboradores. Entretanto, por decorrência de diversas dificuldades que estão indicadas no capítulo de análise deste estudo, essa abrangência não pôde ser alcançada. Conseqüentemente, esta pesquisa se viu limitada na exploração das perspectivas de outras instâncias da escola, como o fundamental Serviço de Orientação Educacional (SOE), bem como a inclusão de profissionais de outras áreas que devem compor a equipe de um CAPSij, como profissionais da enfermagem, medicina, fonoaudiologia, entre outros.

Todas as entrevistadas participaram de forma voluntária e receberam o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (ANEXO 1) do Projeto de Pesquisa e Extensão Entre: Artesanias da Diferença (encontros com os modos de existir, narrar e aprender com a

deficiência e a loucura)¹, não receberam nenhum tipo de contribuição financeira. A escolha de utilizar esse termo decorreu da vinculação dessa pesquisa ao Projeto Entre que possui um contexto mais abrangente de atividades acadêmicas.

O registro das entrevistas aconteceu por meio de gravação de áudio ou de vídeo-chamada com o devido consentimento das participantes. Em respeito a ética na pesquisa, ao cuidado com os dados e o sigilo das informações das entrevistadas e também do local em que trabalham ou trabalharam, todas receberam um nome fictício na redação final desta pesquisa e nas análises, de acordo com as Resoluções CNS N°466/12² e N° 510/16³.

Para analisar os dados desta pesquisa, foram elaborados quadros com a relação das perguntas realizadas para as profissionais de saúde (APÊNDICE A) e para as professoras/educadoras especiais (APÊNDICE B) e as respostas das colaboradoras com destaque a falas com pontos em comum e informações que se repetiam assim como perguntas únicas e específicas, realizadas a partir dos relatos de cada entrevista a fim de identificar, organizar e estabelecer relações entre as falas das profissionais.

¹ Entre: Artesanias da Diferença que tem como objetivo: produzir narrativas acerca dos modos de existir, narrar e aprender com a deficiência e com a loucura junto a pessoas com deficiência e usuários de saúde mental, assim como com profissionais das áreas de educação especial e saúde mental que atuam com ou junto à deficiência e à loucura, a fim de modificar processos e práticas em saúde mental e em educação especial no âmbito das redes de saúde e ensino público.

² Visa assegurar os direitos e deveres que dizem respeito aos participantes de pesquisa à comunidade científica e ao Estado.

³ Dispõe sobre as normas aplicáveis a pesquisas em Ciências Humanas e Sociais cujos procedimentos metodológicos envolvam a utilização de dados diretamente obtidos com os participantes ou de informações identificáveis ou que possam acarretar riscos maiores do que os existentes na vida cotidiana.

4. ANÁLISE DE DADOS

A partir das entrevistas realizadas, pude identificar diferentes pontos e relações entre as falas das colaboradoras. Neste capítulo de análise, irei apresentar os discursos a partir de ideias que se encontram entre as profissionais, aquelas mencionadas de forma única por alguma colaboradora e as suas visões de possibilidades de um trabalho intersetorial e colaborativo a partir do objetivo desta pesquisa que pretende identificar quais são os elementos limitantes, os elementos facilitadores e as possibilidades de um trabalho intersetorial e colaborativo entre CAPSij e Escola, assim como verificar como essas instituições realizam o acompanhamento de crianças e adolescentes com transtornos psicossociais graves ou em sofrimento psíquico.

A seguir, apresento um quadro organizado em ordem alfabética com as informações relevantes sobre cada uma das colaboradoras que participaram da pesquisa:

Quadro 1 - Informações sobre as colaboradoras da pesquisa

Nome	Formação	Local de atuação	Tempo de atuação
Ângela	Bacharel e Licenciatura em Educação Física e Especialização em Saúde Pública	CAPSij	2 anos
Aria	Bacharel em Terapia Ocupacional	CAPSij	1 ano
Bela	Magistério, Licenciatura em Pedagogia, Especialização em Psicopedagogia, em Educação Psicomotora e em Educação Especial	Escola Pública (AEE)	7 anos
Camila	Magistério e Bacharel em Educação Física	Escola Pública / CAPSij	4 anos / 1 ano
Helena	Bacharel e Licenciatura em Letras e Licenciatura em Pedagogia	Escola Pública (AEE)	2,5 anos
Lívia	Bacharel em Serviço Social, Especialização em Saúde Mental Coletiva e Doutorado em Serviço	CAPSij	7 anos

	Social		
Luna	Licenciatura em Pedagogia ênfase em Orientação Educacional, Especialização em Psicopedagogia, em Educação Especial e em Neuropsicopedagogia	Escola Pública (AEE)	7 anos
Marina	Licenciatura em Letras e Especialização em Psicopedagogia	CAPSij	4,5 anos
Moira	Licenciatura em Pedagogia, Especialização em Psicopedagogia, em Transtornos do Desenvolvimento e em Educação Inclusiva	Escola Pública (Escola Especial)	5 anos
Tianta	Licenciatura em Educação Física e Mestrado em Saúde Coletiva	CAPSij	4 anos

As colaboradoras têm tempos de atuações relativamente variados sendo entre 1 a 7 anos para as profissionais de CAPSij e entre 2,5 a 7 anos para educadoras de escola pública. Para estas últimas, no entanto, foi contabilizado somente o período de atuação como profissionais atuantes em Atendimento Educacional Especializado. Do ponto de vista geral, são profissionais que mesmo que possuam formações realizadas em diferentes momentos de suas vidas e da sociedade, tem atuações ligeiramente recentes em seus respectivos espaços de atuação que são foco desta pesquisa.

É importante mencionar aqui que, em muitos casos, as reticências entre colchetes “[...]” foram utilizadas para omitir informações sigilosas, repetições de palavras ou vícios de linguagem, mas de modo que não retirasse o contexto da fala de cada colaboradora. As contribuições das colaboradoras foram demarcadas e destacadas por meio de diferentes cores de sinalização. Falas de profissionais ligadas aos CAPSij foram marcadas em **rosa**, enquanto aquelas provenientes de professoras/pedagogas/educadoras especiais foram destacadas em **azul**; já as observações de Camila, que possui experiência em ambas as instituições, foram identificadas com a cor **amarela**. Esse código cromático foi aplicado para facilitar a identificação e diferenciação das perspectivas e experiências compartilhadas pelas colaboradoras.

Desta forma, destaco as falas das colaboradoras da pesquisa que evidenciam o cotidiano dos CAPSij e Escolas e as formas de comunicação entre essas instituições, suas interpretações de motivos que podem causar dificuldades comunicativas, ações que indicam direções possíveis a se seguir para maior eficiência nesses momentos e as possibilidades geradas a partir desses encontros foram organizadas em quatro subcapítulos:

- O cotidiano das relações entre CAPSij e Escolas;
- Os desafios e barreiras para uma comunic(ação) efetiva;
- Vias por entre e para um trabalho intersetorial;
- Possibilidades de um trabalho intersetorial e colaborativo.

4.1 O COTIDIANO DAS RELAÇÕES ENTRE CAPSIJ E ESCOLAS

Ao questionar sobre a frequência de interações com as escolas por parte dos CAPSij ou outros serviços de saúde mental, as colaboradoras apresentam um discurso concordante que indicam que essas comunicações acontecem semanalmente, embora sujeitas à demanda vigente. Importante esclarecer que essas comunicações abrangem toda a rede escolar onde os usuários estão matriculados e não contatos individuais com cada escola. Duas profissionais enfatizam, durante suas declarações, que esses contatos são mais frequentes logo após o processo de acolhimento dos usuários (o primeiro atendimento prestado pelo serviço de saúde mental), buscando discutir os casos em colaboração com os profissionais da escola. Esse procedimento busca proporcionar uma perspectiva ampliada para ir além do que é apresentado pela família ou responsáveis pela criança ou adolescente ou pelo sujeito. Essa abordagem é exemplificada pelas colaboradoras Lívia e Camila:

Quando chega casos novos que a gente precisa saber como que essa criança está em outros serviços [...] Tem que conversar com a rede, com a escola ou até com o SASE [Serviço de Assistência Social e Educacional] que ela tá frequentando pra gente ter maiores informações de como essa criança está em outros espaços para além do que a família relata. (Lívia, Assistente Social em CAPSij).

A gente faz contato com as escolas para entender o funcionamento, o comportamento da criança no ambiente escolar para entender como que a professora enxerga o processo de aprendizagem. (Camila, Professora em CAPSij e Professora do Estado).

Eu acredito que seja mais frequente quando o usuário ingressa, [...] mas sempre que é solicitado. Os casos são discutidos pelo menos uma vez por mês [...] então havendo essa necessidade, a gente entra em contato com a escola. (Camila, Professora em CAPSij e Professora do Estado).

Além desse contato durante a fase de acolhimento do usuário no serviço, Ângela indica que essas interações também ocorrem em momentos específicos, como:

[...] geralmente quando acontece algo diferente e precisa ser investigado, mas não é algo que a gente tá direto em contato com as escolas. Quando acontece algo muito fora e precisa ser feito esse contato assim [...] não costumo ligar para saber do paciente, mas sim quando tá sofrendo bullying, brigou na escola, teve agressão. Vamos ligar para escola para entender o que que tá acontecendo da situação. (Ângela, Profissional de Educação Física em CAPSij).

Quanto ao acompanhamento realizado pelas escolas sobre o processo de tratamento dos usuários em CAPSij, as profissionais destacam que, geralmente, é o serviço de atenção psicossocial que inicia o contato. No entanto, elas também apontam que existem situações em que as próprias escolas procuram estabelecer comunicação com o CAPSij. Além disso, as profissionais identificam possíveis razões para a dificuldade das escolas em manter esse acompanhamento. Camila e Ângela compartilham relatos que esclarecem esses aspectos:

[...] a maioria das escolas, infelizmente, tem uma perda nesse sentido [...] Em função da sobrecarga que existe na profissão e das condições que a escola pública enfrenta [...]. (Camila, Professora em CAPSij e Professora do Estado).

[...] seria muito importante tanto para nós [CAPSij] quanto para eles [escolas], mas, ao mesmo tempo, conhecendo a realidade deles e a nossa, a gente sabe que para os dois acaba sendo difícil esse contato [...]. (Ângela, Profissional de Educação Física em CAPSij).

Além disso, Lívia também menciona que, em fases anteriores de sua experiência no serviço, houve ocasiões em que essas instituições mantiveram relações de maior proximidade e Marina também menciona a perda de espaço para comunicação:

[...] acho que antes da pandemia, a gente tinha muito mais uma parceria [...] com as escolas. Assim, a gente já atuou até fazendo formação junto com as escolas, mas com a função, acho que com a pandemia, acho que isso quebrou um pouco assim, esses contatos [...]. (Lívia, Assistente Social em CAPSij).

Eu vejo [...] necessidade de estabelecimento de escuta, mas também de um processo de espaço-tempo [...] esse lugar, esse espaço para poder fazer essa troca se perdeu um pouco por causa dos processos, por causa da pandemia [...] (Marina, Professora em CAPSij).

A partir dos relatos de Lívia, Camila e Ângela, é possível observar que os momentos de comunicação entre as duas instituições ocorrem em dois momentos distintos: no momento de admissão do usuário ao serviço e após a ocorrência de situações problemáticas no ambiente escolar. Isso sugere que mesmo que ocorra um contato inicial, o enfoque das ações está na resolução de problemas após sua emergência, em vez de uma abordagem preventiva desde o início. Essencialmente, acaba-se por seguir uma linha de trabalho que lida com um cuidado tardio, visando cuidados que ocorrem após o surgimento das questões, e não um cuidado que busque minimizar o aparecimento dessas questões antes delas se manifestarem, como indica Bressan *et al.* (2014) quando fala sobre a importância da abordagem precoce para prevenção de transtornos mentais no contexto escolar.

Especificamente, a partir da visão do ambiente escolar, Bela comenta que, em diversos momentos, principalmente para discussão de casos, as trocas que realizou com CAPSij foram sempre positivas, partindo tanto dela quanto de profissionais do serviço, mas que não acontecem com frequência e são mais pontuais:

Nós recebemos um aluno que tinha diagnóstico de TOD [Transtorno Opositor Desafiador] [...] que não é público da SIR, mas que a escola pediu um suporte, um apoio para a SIR nesse caso e aí nós agendamos um horário com os profissionais que atuam nesse CAPS e [...] No caso, foi a orientadora e a professora da SIR [...] para conversar e trocar ideias, sugestões e tal e trazer um pouquinho [...] então foi um momento de troca assim muito rico, muito significativo [...]. (Bela, Professora e Educadora Especial em Escola Regular)

Utilizarei essa fala para destacar que mesmo que o aluno do relato de Bela não se enquadre como público-alvo de atendimento educacional especializado realizado pela SIR, visto que pela Política de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, o público-alvo para atendimentos realizados pela SIR são pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, com altas habilidades ou superdotação (BRASIL, 2011) e, portanto, transtornos do comportamento e outros transtornos ou problemas específicos não são considerados público para atendimento especializado para NEE. No entanto, muitas escolas, assim como é perceptível pelo relato de Bela, buscam na SIR, apoio para tratar de alunos com esses tipos de transtornos.

Luna relata ter tido poucas interações com CAPSij em sua trajetória como educadora mesmo tendo alunos que frequentam ou já frequentaram o serviço de atenção psicossocial e também comenta sobre a falta de interações e um trabalho colaborativo com o CAPSij:

A gente não tem muito contato com CAPS, com CRAS [Centro de Referência de Assistência Social]. Sabe, dificilmente a gente sabe que eles são atendidos porque as famílias não contam, mas a gente não tem muito contato não. [...] Eu, eventualmente, nos anos anteriores, eu até fazia algumas reuniões com CAPS, porque eles têm uma equipe multidisciplinar, mas assim só fui chamada para, por um aluno. Com os outros eu nunca tive contato. [...] A gente não sabe exatamente o que acontece. A gente imagina, né? Como é, como acontece o trabalho lá, mas a gente não tem muita relação assim para fazer uma troca, para poder fazer parceria no trabalho com o aluno. Isso não existe. (Luna, Professora e Educadora Especial em Escola Regular)

Helena comenta que a escola onde trabalha tenta manter uma boa relação com a Unidade Básica de Saúde (UBS) do mesmo território, mas que percebe uma escassez de trabalhadores:

A escola tem uma relação com o postinho de saúde mais próximo [...], mas a gente sabe [...] que é difícil ali a questão de médicos [...] muita demanda e pouco médico, né? Psicólogo só tem um [...] que às vezes não consegue dar conta. (Helena, Professora e Educadora Especial em Escola Regular).

Bela, também relata uma boa relação com a UBS próxima à sua escola de atuação e que inclusive encaminha à unidade de saúde aqueles alunos que necessitam de algum acompanhamento psicossocial:

[...] todos esses acompanhamentos, a gente faz tudo via unidade de saúde, né? A gente encaminha para unidade de saúde. (Bela, Professora e Educadora Especial em Escola Regular)

Sobre um trabalho colaborativo entre serviços de saúde e escola, Bela, Helena e Luna comentam:

[...] eu noto o quanto é necessário esse contato, essa aproximação. Se não há essa aproximação assim se perde um pouco. (Bela, Professora e Educadora Especial em Escola Regular)

A gente tem muitos alunos ali que precisam de um apoio psicológico, psicossocial assim porque eles são largados na escola [...] e a escola tem que dar conta e, às vezes, a gente não consegue [...] só com o atendimento ali da SIR, só com a sala de aula... Não consegue dar conta. (Helena, Professora e Educadora Especial em Escola Regular).

Eu gostaria; minha colega, tenho certeza, qualquer uma, qualquer professor que esteja atuando em SIR, nós gostaríamos que houvesse mais reuniões que a gente pudesse fazer trocas, né? Porque, assim, o nosso trabalho aqui na escola, ele é um trabalho de integração, sabe? Não é inclusão [...] Se fosse inclusão, nem existiria uma sala separada de SIR [...] É um trabalho de integração e a gente precisa desse apoio, desses profissionais que trabalham no CAPS para auxiliar no processo de integração do aluno, sabe? A gente

precisaria conversar mais, mas eu também sei da realidade do CAPS. Eu imagino que assim como tem uma correria na escola onde a gente fica apagando incêndio, lá também deve existir [...] Nós teríamos que pensar em ações para que a gente pudesse integrar mais, para que o nosso trabalho fosse otimizado com a percepção que eles têm e que a gente tem aqui da escola sobre aquele aluno, sobre aquela família. Mas assim, não sei como poderia ser, mas que é necessário é. (Luna, Professora e Educadora Especial em Escola Regular).

Ainda em relação à dinâmica do ambiente escolar, Bela faz uma observação de que a própria interação entre os professores está atualmente prejudicada, uma vez que não há mais um horário semanal regular para reuniões pedagógicas. Essa ausência de uma agenda fixa dificulta as conversas entre professores que atuam na sala de aula e os profissionais da SIR:

A gente não tem esse horário fixo, quando é que a gente conversa com os professores? Quando os professores têm algum período de planejamento que eles se dirigem até a SIR e aí se a gente tá atendendo um aluno? A gente procura dar uma atenção para o professor se o professor marca previamente [...] A gente tenta adaptar o horário desse aluno, mas é uma questão [...] que realmente é um grande complicador do nosso trabalho. É um dos maiores complicadores essa falta de troca com os professores [...] que é primordial para nós. (Bela, Professora e Educadora Especial em Escola Regular)

Bela também comenta que, na escola pública onde atua, existem reuniões mensais chamadas de alinhamento pedagógico, mas que são, normalmente, momentos de formação para os professores, mas que tem grande dificuldade em conseguir pessoas que atuam em outras instituições para realizar esses momentos de formação:

[...] eu vejo que causa um desconforto [...] e não só com o CAPS, mas com outras instituições que a gente procurou já causou. A gente já notou que não é uma coisa que as pessoas acolhem rapidamente essa ideia não. [...] Quem sabe tu manda um e-mail? A gente vai conversar com os profissionais daqui e aí a coisa fica se estendendo e se perde. É difícil essa aproximação nesse sentido formativo [...] (Bela, Professora e Educadora Especial em Escola Regular)

Marina também cita a questão da formação e da responsabilidade de CAPS em realizarem ações desse tipo:

[...] há um papel do serviço de saúde mental de fazer uma educação continuada, assim, com o pessoal da escola e ao mesmo tempo também da escola ser ouvida naquilo que ela traz por que ela é, de uma maneira, a porta de entrada de tudo, né? O cotidiano da escola. Ali onde as coisas acontecem para a maioria das crianças e adolescentes [...]. (Marina, Professora em CAPSij).

É possível que o constrangimento percebido por Bela seja também pela principal questão trazida pelas colaboradoras: a falta de tempo. Para se pensar em ações de formação, principalmente para uma comunidade que necessita e está esclarecida dessa necessidade. As colaboradoras atuantes em CAPSij notam essa necessidade que infelizmente não é suprida pelas questões cotidianas, ou seja, todos notam a necessidade de comunicação e formação, mas há uma grande dificuldade para estabelecer meios para que isso ocorra.

Seja na escola, seja no CAPSij, seja na UBS, percebe-se, pelos relatos das colaboradoras, que todos esses espaços enfrentam desafios significativos. Esses desafios estão amplamente relacionados à escassez de profissionais nesses ambientes e à sobrecarga de trabalho imposta pela alta demanda. Além disso, evidencia-se a descontinuidade de ações que eram previamente realizadas anteriormente ao advento da pandemia de COVID-19.

Comunicação. Conceito chave para o trabalho tanto na área da educação quanto da saúde. Freire, ao questionar-se a diferença entre extensão e comunicação, acaba por definir de forma excelente este último conceito. Para o autor, comunicação é um processo interativo e dialógico, no qual os sujeitos compartilham significados, interpretações e experiências. Esta é a base para construção conjunta do conhecimento e transformação social. Para Freire, um sujeito pensante não pode pensar de forma individual e necessita da participação de outros sujeitos para pensar sobre um objeto e nesta coparticipação do pensar se dá a comunicação. (FREIRE, 1983). Portanto, assim como na educação, a comunicação é um pilar essencial na promoção de saúde, onde o diálogo e a troca de conhecimentos entre profissionais é fundamental.

Através das conversas e relatos das colaboradoras, pode-se perceber que essa comunicação entre CAPSij e escolas é relegada, devido a intensa rotina e à carga de trabalho

dos profissionais nessas instituições, que lidam com diferentes demandas e necessidades. Com isso, processos de garantia da presença e de formação são ocupados por outras necessidades que julgam mais emergentes. No subcapítulo seguinte, exploro, de forma mais abrangente, os desafios e obstáculos que surgem para estabelecer uma comunicação eficaz entre esses profissionais.

4.2 OS DESAFIOS E BARREIRAS PARA UMA COMUNIC(AÇÃO) EFETIVA

As colaboradoras refletem sobre diversos desafios que afetam a comunicação e, por consequência, a ação destas profissionais, abrangendo desde questões mais específicas, como o acesso a contatos telefônicos de instituições, até problemas mais amplos, como a falta de investimento que afeta tanto áreas da educação quanto da saúde. Lívia sobre a dificuldade em encontrar e ter acesso aos contatos telefônicos corretos das escolas mesmo quando se faz contato com a Secretaria Municipal de Educação de Porto Alegre (SMED) ou a Secretaria de Educação do Rio Grande do Sul (SEC):

[...] há uma dificuldade de conseguir esses contatos telefônicos. A gente liga para as escolas, às vezes os números que constam são inexistentes ou a gente liga e não tem atendimento muitas vezes. [...] Sempre muito difícil, assim, de estabelecer esses contatos com as escolas mesmo ligando para a Secretaria Estadual ou Municipal de Educação, a gente não consegue o telefone, uma lista atualizada porque, muitas vezes, as listas que mandam já tá desatualizados os números então a gente tem essa grande dificuldade de informações. (Lívia, Assistente Social em CAPSij).

Lívia, Marina e Tiana comentam sobre as dificuldades de acesso a serviços de saúde mental como os Centros de Atenção Psicossocial Infantojuvenil e outros fatores importantes:

[...] falta de acesso a grupos específicos que não conseguem acessar o serviço; há uma dificuldade. [...] dessa questão da pandemia, né? Do pós pandemia que acabou trazendo uma complexidade ainda maior para os espaços escolares e [...] um aumento aí da questão do sofrimento [...] e uma falta de perspectiva, assim, generalizada. (Marina, Professora em CAPSij).

E essas famílias distantes, né? Que às vezes [...] tem que sair lá da Restinga, da Lomba do Pinheiro, né? Então a gente precisa ter esses serviços descentralizados, no território, com equipe, com estrutura. E aí passa por política pública, por investimento. [...] eu acho que enquanto a gente, se a gente seguir nesse caminho, vai ter adoecimento, né? Não tem, não tem outra saída, a gente tá meio que dando uma enxugada de gelo [...] tá fazendo o que é possível. (Tiana, Profissional de Educação Física em CAPSij).

As mesmas colaboradoras mencionadas anteriormente, ainda comentam sobre o fato de CAPSij estarem longe do território geográfico:

A questão da gente estar longe do território, né? O CAPS, ele não tá dentro da perspectiva que prevê a política de saúde mental brasileira, né? (Lívia, Assistente Social em CAPSij).

É um território também de alta vulnerabilidade [...] a gente fica um pouco distante do território sim, né? E geograficamente mesmo um pouco fora do território, então, tem também essa necessidade de estar junto, atuando lá junto com as escolas, junto com o território em si, junto com as unidades de saúde. (Marina, Professora em CAPSij).

[...] a gente enfrenta isso, assim, tá longe do território, né? São coisas maiores assim da organização aí da nossa Rede Municipal de Saúde Mental que também vai deixando com esses desafios de fazer essas famílias chegarem, da gente poder estar mais integrado com a rede também. (Tiana, Profissional de Educação Física em CAPSij).

O documento que define diversas características do trabalho realizado por CAPS, define território como algo além da área geográfica, embora sua geografia também desempenhe um papel crucial em sua caracterização. Explica que o território é essencialmente formado pelas pessoas que residem nele e a procura por estabelecer uma rede de apoio para aqueles que sofrem com transtornos mentais, assim como suas famílias e aqueles que se interessam por eles. (BRASIL, 2004). Mesmo que a política parece, de certa forma, isentar-se da garantia a oferta de serviços de base territorial que considere também a geografia, ainda responsabiliza os CAPS pela organização da rede de saúde mental de seu território, (BRASIL,

2004) mas, pelos relatos de profissionais, percebe-se que o Estado não estabelece meios para que isso ocorra de fato.

Além disso, Helena, mesmo que perceba positivamente as relações que sua escola estabelece com a UBS, reclama que, após realizar o encaminhamento para o aluno para o serviço de saúde, não existe um retorno sobre o encaminhamento realizado:

Tudo a gente tem que encaminhar para o posto. Eu não sei se teria outra forma, mas é tudo encaminhamento via posto, né? E a gente se perde, a gente não sabe assim, qual é o encaminhamento que está sendo dado. Então realmente tem um pouco de falta de comunicação porque a gente não sabe, assim, a que ponto estão os nossos encaminhamentos. (Helena, Professora e Educadora Especial em Escola Regular).

Lívia, comenta ainda sobre as redes de contato que, muitas vezes, estabelece com a orientação educacional de cada escola, mas que percebe que nem sempre esses profissionais estão a par das questões do usuário/aluno e que, portanto, procura sempre conversar com o professor titular da criança ou do adolescente:

Às vezes, a professora da criança é quem tá atendendo, quem tem mais apropriação sobre aquela criança ou adolescente. (Lívia, Assistente Social em CAPSij).

Com isso, podemos perceber desafios significativos no processo de estabelecimento de redes de colaboração e na busca por meios de estabelecer uma comunicação eficaz, mesmo entre instituições localizadas no mesmo território geográfico.

Ângela, Lívia, Luna, Aria e Tiana mencionam novamente o cotidiano das instituições e o indicam como um grande fator que dificulta um trabalho intersetorial:

Eu acho que o tempo; o tempo e as demandas. Eu acho que seria muito rico essa aproximação, mas devido a correria do dia a dia, não se consegue fazer isso. (Ângela, Profissional de Educação Física em CAPSij).

Acho que até me parece ter uma sobrecarga [...] desses professores, né? Que, às vezes, com dificuldade de atender ou de até conseguir agendar reuniões conosco. (Lívia, Assistente Social em CAPSij).

Eu acho que o que dificulta mais assim mesmo é o dia a dia do CAPS e da escola, né? Onde a gente, por exemplo, todos os meus períodos são tomados por atendimento de aluno. Para eu ir até um CAPS, eu vou ter que dispensar um aluno para poder ir conversar com eles, né? E eu saindo da escola, não vai ter quem apague os incêndios que acontece, às demandas do dia a dia. (Luna, Professora e Educadora Especial em Escola Regular)

No dia a dia, assim, a gente tem muitas, muitas demandas de diversas áreas, de contextos muito diferentes e desafiadores [...] Então eu acho que a gente fica se reinventando a cada experiência e eu acho que a saúde mental, ela pede um esforço muito grande do profissional. (Aria, Terapeuta Ocupacional em CAPSij).

Eu acho que é dinâmico, é intenso, é afetivo, é alegre, mas, às vezes, também... sentimento de impotência [...] Acho que essa é a sensação sempre que eu tenho assim na chegada [...] das crianças, das famílias, dos adolescentes, assim é essa produção de sofrimento, adoecimento. Ela não é nível individual, né? Muitas vezes, eles chegam ali por uma condição que é maior, que é a forma como a gente está vivendo, se organizando enquanto sociedade. (Tiana, Profissional de Educação Física em CAPSij).

Tiana ainda comenta sobre as dificuldades causadas pelo CAPSij de atuação não ter a equipe mínima para exercício do trabalho, mas ainda assim manter seu funcionamento:

[...] a gente não tinha equipe mínima para poder estar atendendo, né? Então com recursos humanos assim restritos e isso vai impactando também na nossa [...] capacidade de estar atendendo essa população. (Tiana, Profissional de Educação Física em CAPSij).

Aria menciona novamente a questão de acesso e comunicação entre instituições assim como a sobrecarga de trabalho dos professores como um grande desafio a ser enfrentado:

Eu acho que é de extrema relevância conseguir entender o ambiente escolar que o usuário tá inserido, mas o quanto a gente enfrenta dificuldade para conseguir acessar esse serviço também. E a gente também entende que, às vezes, são profissionais que não têm disponibilidade, não tem tempo, poucos profissionais para muitos alunos, talvez um pouco de falta de qualificação que os serviços não oferecem educação continuada, qualificação. É preciso que os profissionais que estão na linha de frente, atuando diretamente com esses alunos e isso nos dá uma resposta que são os usuários na escola tendo muita dificuldade, faltando, reprovando, tendo rechaço da escola. E tudo isso a gente encontra bastante e quando a gente consegue alinhar várias coisas, vários objetivos que às vezes parecem muito de alcance muito distante não é quando a gente caminha junto [...] a educação na escola e o tratamento em saúde mental. (Aria, Terapeuta Ocupacional em CAPSij).

Demandas. Sobrecarga. Apagamento de incêndios. Falta de equipe. Essas palavras refletem a existência de uma série de dificuldades relacionadas à quantidade de trabalho, à disponibilidade de recursos humanos e financeiros. As contribuições das colaboradoras, que incluem profissionais da saúde e educadoras especiais, evidenciam a presença desses problemas em ambos os contextos, destacando os descasos de gestão e falta de investimento que as áreas de educação e saúde vêm enfrentando por seguintes desgovernos que seguem alinhamentos neoliberais e visões destrutivas de reais prioridades.

Aria e Ângela ainda comentam sobre o *bullying* que acontece nas escolas e Lívia menciona a questão da frequência dos alunos que lidam com transtornos mentais ou dificuldades:

Tem aluno ali sofrendo bullying. Muitas vezes, eu penso que a escola até pode perceber e muitas vezes não é feito uma ação até que isso se torne um pouco mais grandioso ou mais problemático. (Ângela, Profissional de Educação Física em CAPSij).

É porque, às vezes, a gente vai conversar com alguns profissionais da escola e daí tu pergunta sobre bullying e bullying não existe, 'não aqui a gente não tem', 'acontece alguns deboches assim encrencam com o cabelo dele ou com o peso, mas isso é coisa de criança brincando'. Isso não é brincadeira, isso afeta a pessoa e, às vezes, a pessoa nem sabe que tá se tratando de um bullying isso, né? Por isso, que eu acho que, às vezes, os profissionais

acabam tão inverso naquele mundo, naquela grande demanda que eles não conseguem ter uma educação continuada, olhar para outros horizontes, por conta de demanda extrema e tudo mais. (Aria, Terapeuta Ocupacional em CAPSij).

Às vezes, as escolas nos procuram também [...] Com dificuldade de lidar com a criança, mas, uma das questões que a gente vai atrás de casos que [...] a criança ou adolescente não estão frequentando a escola e a escola não faz um comunicado ao conselho, Não [...] faz nenhum contato com a rede [...] Então a gente descobre que a criança não tá assídua na escola e também não foi feito nada com isso [...] Não foi feita uma FICAI [Ficha de Comunicação de Aluno Infrequente] nem nada. (Lívia, Assistente Social em CAPSij).

Oliveira *et. al* (2021) mostram, em seu estudo para apontar evidências qualitativas sobre as implicações da vitimização por *bullying* para a saúde mental, que muitas crianças e adolescentes têm a percepção de que o *bullying* é tolerado na escola e que, em alguns casos, os agressores eram protegidos. Além disso, a análise da literatura realizada por Silva, Gomes e Lima (2017) indicou que essa problemática está entre os principais fatores para evasão escolar e evidenciou que os professores ainda não estão adequadamente preparados para enfrentar este desafio escolar.

Camila discorre sobre o conhecimento dos professores acerca das questões específicas de seus alunos e sobre formação continuada:

Os professores, muitas vezes, não sabem que ele está sendo atendido e o que podem trabalhar, né? [...] Porque são questões, muitas vezes, delicadas que a gente trabalha e que a escola não está preparada para lidar. [...] Na minha experiência, a formação continuada, ela é quase inexistente e não existe muito recurso para isso [...]. (Camila, Professora em CAPSij e Professora do Estado).

A partir dos dois últimos subcapítulos, percebe-se que são diversos os desafios enfrentados diariamente, tanto nas escolas quanto nos CAPSij, como: a grande quantidade de trabalho, carência de profissionais atuantes em serviços de saúde assim como de professores em escolas, melhor gestão do tempo, a falta de comunicação entre educação e saúde, discussões, estudos e formações sobre temáticas atuais e sensíveis. Desafios que perpassam

questões próximas a essas profissionais, mas também, diversas questões externas que, sem considerar um trabalho em rede e colaborativo, não é possível encontrar novas direções; novas vias.

Ao analisarmos o Plano Estadual de Educação do Rio Grande do Sul (PEERS) e o Plano Municipal de Educação (PME), nota-se que estão previstas diversas estratégias para o fortalecimento da rede entre educação, saúde e assistência social. Constam como estratégias do PEERS:

1.15 Efetivar, no primeiro ano de vigência dos planos de educação, **políticas intersetoriais** sob a coordenação dos **órgãos normatizadores** e administradores dos sistemas, entre os setores de **educação**, da **saúde** e da **assistência social**, no sentido de **garantir o atendimento integral** da criança, definidos em cada plano setorial e no Estadual. (RIO GRANDE DO SUL, 2015, grifo meu).

7.18 Garantir **políticas de combate à violência na escola**, em todas as dimensões, que fortaleçam a comunicação com a rede de proteção à criança e o adolescente, articulando com as redes de Saúde, Assistência Social, Secretaria de Segurança e Ministério Público, promovendo a adoção das providências adequadas para cultivar a construção da cultura de paz e de **afirmação dos direitos humanos** e um ambiente escolar dotado de segurança para a comunidade, com apoio efetivo dos órgãos competentes, profissionais especializados, para o andamento da qualidade do processo. (RIO GRANDE DO SUL, 2015, grifo meu).

7.29 Estabelecer **ações efetivas especificamente voltadas para a promoção, prevenção, atenção e atendimento à saúde e à integridade física, mental e emocional dos educadores e educandos**, como condição para a melhoria da qualidade educacional, por meio de ações da SEDUC-RS e das secretarias municipais de Educação e Saúde. (RIO GRANDE DO SUL, 2015, grifo meu).

O PME indica diversas estratégias que incluem ações colaborativas entre educação e saúde, em seguida, destaco algumas:

2.3 - **articular as redes de atendimento intersetorial para o atendimento colaborativo** com a escola por meio de profissionais da saúde, psicologia, fonoaudiologia, neurologia, psiquiatria e assistência social. (PORTO ALEGRE, 2015, grifo meu).

2.5 - garantir acompanhamento individualizado, por meio de **trabalhos em conjunto** de profissionais e redes de apoio das seguintes áreas: saúde, psicologia, assistência social, segurança, monitoria permanente para alunos de inclusão, principalmente. (PORTO ALEGRE, 2015, grifo meu).

3.14 - garantir o atendimento individualizado dos alunos de acordo com as suas **especificidades bio-afetivas-sociais**, promovendo o atendimento integral por meio do **vínculo multissetorial: Educação - Saúde - Assistência Social**. (PORTO ALEGRE, 2015, grifo meu).

4.3 VIAS POR ENTRE E PARA UM TRABALHO INTERSETORIAL

A maioria das colaboradoras tiveram certa dificuldade em mencionar ações que já ocorrem para facilitar a comunicação entre CAPSij e escolas e, portanto, neste tópico, elas expressam, principalmente, suas vontades e aspirações.

Luna comenta sobre a importância de uma organização de tempo e incentivo para que houvesse troca entre as instituições:

Teria que ter uma organização de tempo para que a gente pudesse, para que a gente percebesse a importância de ter esse tempo [...] de conversa e de reflexão sobre aquele caso, né? E a organização desse tempo também e que a mantenedora percebesse a importância disso, né? Incentivar, né? Para que a gente pudesse organizar isso [...] porque não percebo isso como uma prioridade ou com uma relevância que tem que ter. Tu pensar e tu refletir sobre o caso [...] para poder agir de uma forma adequada, melhor, mais organizada. (Luna, Professora e Educadora Especial em Escola Regular)

Bela também comenta seus anseios, principalmente relacionados à formação:

Eu acho que quando há essa disponibilidade para essa troca [...] de repente a saúde entrar na escola [...], sabe? Porque eu não tô dizendo que o CAPS vai chegar dando palestra, [...] mas uma roda de conversa. Um estudo de caso. Eu acho que são coisas assim que a gente deveria começar a pensar. (Bela, Professora e Educadora Especial em Escola Regular)

Ainda no aspecto formativo, Moira comenta sobre as dificuldades de lidar com alguns alunos, para entender seu funcionamento e os processos de aprendizagem e comenta sobre como trocas entre os profissionais de diferentes áreas, é um processo enriquecedor:

Especificamente esses diálogos. Um trabalho mais ligado ao trabalho da orientação [...] do terapeuta, do psicólogo e tal [...] poderiam estar bem interligados e a gente ter onde recorrer. (Moira, Professora e Educadora Especial em Escola Especial).

Helena e Lívia mencionam as reuniões intersetoriais chamadas “Redinha” que, de acordo com elas, ocorrem mensalmente e tem como participantes diversas outras instituições

e serviços de base territorial como as UBS, o Conselho Tutelar, os SASE, os SAF (Serviço de Atendimento à Família) entre outros.

A gente tem a redinha, né? Que são várias instâncias: a escola, o Conselho Tutelar, o pessoal do CAPS, posto de saúde que sempre se reúnem uma vez por mês para falar de alguns alunos, [...] debater alguns alunos, sobre questões [...] para debater, tentar resolver. (Helena, Professora e Educadora Especial em Escola Regular).

Muitas escolas participam das reuniões de redinha, né? Quando é possível, a gente vai. É importante; que geralmente essas escolas estão presentes nessas reuniões. (Lívia, Assistente Social em CAPSij).

Lívia explica que essas reuniões de “Redinha” acontecem com bastante frequência, mas que existem diversos fatores que impossibilitam sua participação:

[...] uma vez por mês, mas é dividido em territórios, e por exemplo, só [...] são quatro então é difícil a equipe conseguir tá participando dessas reuniões que é um turno inteiro. Então, a gente vai quando realmente precisa muito, que a gente pauta algum caso, mas é difícil porque eu sou referência [...] seriam oito reuniões mensais, então eu não tenho oito turnos por mês para dispensar para ir pras reuniões, então eu vou quando tem necessidade de articular com toda a rede junto ali e pautar esses casos. E, às vezes, o que dificulta também é que [...] essas reuniões são em turnos e horários que eu já tenho atendimento [...] então eu tenho que fazer escolhas entre fazer o atendimento e participar dessas reuniões. Então, eu articulo muito mais por fora do que por essas reuniões de redinha. (Lívia, Assistente Social em CAPSij).

Nessas articulações diretas, Lívia comenta que o formato de reuniões online facilita muito essas comunicações:

Quando a gente consegue [...] a gente faz muita reunião online que também facilita, né? Para os professores participar porque, às vezes, é muito difícil a questão de deslocamento e sair da escola. (Lívia, Assistente Social em CAPSij).

Ângela comenta sobre a falta de envolvimento de instâncias maiores para que seja estabelecida uma rede de fato:

Eu acho que se fosse, por exemplo, imposto, se viesse de cima que [...] tal dia vai ter uma reunião, os espaços têm que participar. [...] Eu imagino que não seja pelo não querer, mas pela demanda que acaba não se parando para fazer essas aproximações. Então eu acho que se viesse uma determinação [...] aconteceria de uma forma mais eficaz. (Ângela, Profissional de Educação Física em CAPSij).

Neste subcapítulo percebemos, pelas falas das colaboradoras, que existem direções existentes e caminhos a serem traçados que oferecem oportunidades de um trabalho intersetorial. Observa-se que, de certo modo, são disponibilizados espaços para troca entre esses profissionais; entretanto, a considerável carga de trabalho que enfrentam dificulta que os mesmos participem dessas ocasiões. As colaboradoras percebem que uma melhor gestão do tempo, na oferta desses espaços para troca, na resolução dos problemas apresentados nos subcapítulos anteriores, incentivos e uma efetiva participação de instâncias maiores (gestores), vias para um trabalho verdadeiramente intersetorial e colaborativo. Esta questão é abordada por Mangini, Kocourek e Morsch (2017) que indicam que a intersetorialidade na rede ainda está em construção e é dependente de uma série de transformações no cenário administrativo e pressupõe uma ruptura com práticas e estruturas tradicionais. Merhy (1999) também argumenta que é complexa a gestão em saúde, pois esta área está em permanente estruturação e envolve a interação constante entre políticas e o processo de trabalho nos serviços de saúde.

4.4 POSSIBILIDADES DE UM TRABALHO INTERSETORIAL E COLABORATIVO

Neste último capítulo de análise, abordaremos como as colaboradoras percebem as possibilidades de um trabalho intersetorial e colaborativo. Iniciamos com Marina que ressalta a importância de um espaço para a troca entre as instituições e ressalta os resíduos da pandemia nessa dinâmica:

Eu vejo [...] necessidade de estabelecimento de escuta, mas também de um processo de espaço-tempo [...] esse lugar, esse espaço para poder fazer essa troca se perdeu um pouco por causa dos processos, por causa da pandemia [...]. (Marina, Professora em CAPSij).

Helena menciona uma sensação de isolamento da escola de demais instituições de educação e saúde e explica sua visão da necessidade de uma comunicação intersetorial, evidenciando a carência de informações sobre saúde mental por parte dos professores:

[...] às vezes, parece que a gente tá sozinha, a escola tá sozinha, porque a gente não tem muito apoio assim da saúde, né? Da assistência social, dos outros, né? Das outras áreas que seria importante. (Helena, Professora e Educadora Especial em Escola Regular).

Eu acho que a gente precisa, o professor em geral precisaria de mais informação em relação a saúde mental porque é complicado, assim a gente tá passando por muitas situações, assim, com alunos com a saúde bem abalada. (Helena, Professora e Educadora Especial em Escola Regular).

Aria reforça a importância de uma comunicação entre serviços de saúde mental e a educação, enfatizando que um ambiente escolar acolhedor é uma parte fundamental do tratamento e deve ser parte da ação dos profissionais desse serviço:

[...] quando a gente caminha junto, assim, a educação na escola e o tratamento em saúde mental. Assim, a gente consegue uma evolução muito boa e uma adesão também, porque fazer com que o usuário se sinta bem no ambiente escolar faz parte do nosso tratamento também. (Aria, Terapeuta Ocupacional em CAPSij).

Marina também aponta a bidirecionalidade da comunicação, onde a escola busca apoio da saúde para realizar seu trabalho e a saúde busca informações da escola para realizar o seu:

[...] da necessidade dessa conversa entre os dois, ao mesmo tempo, do quanto a escola se sente, às vezes, né? Ela precisa desse amparo do pessoal da saúde, mas, ao mesmo tempo, a saúde também precisa ouvir a escola, né? (Marina, Professora em CAPSij).

Lívia, Bela e Luna evidenciam a necessidade de uma abordagem conjunta para melhor atender às crianças, evitando ações isoladas e promovendo um cuidado mais integrado. As colaboradoras destacam a complementaridade da visão pedagógica e de saúde mental, argumentando que uma perspectiva colaborativa amplia a compreensão dos desafios enfrentados:

Seria maravilhoso, porque a gente conseguiria, acho que, atender [...] melhor as crianças. Compreender melhor essa demanda e atender e ir trabalhar em cima dessas demandas, né? E, coletivamente, assim porque se não, cada uma ia fazer [...] indicação de manejo, né? A gente tá fazendo manejo, a escola tá fazendo outro, né? A gente trabalhar numa via só [...] articulando e acho que ia ser quem ia se beneficiar mais seriam os usuários, né? (Lívia, Assistente Social em CAPSij).

Eu acho que quando há essa rede, essa troca, essa parceria, cada um nas suas especificidades, conseguem perceber coisas que talvez o outro não perceba [...] O nosso trabalho é pedagógico, mas uma outra visão, um outro olhar, uma outra escuta nos faz perceber coisas que talvez quando a gente tem uma visão muito exclusiva do pedagógico, a gente não perceba. [...] A gente não tá procurando uma receita de bolo, sabe? [...] É uma visão colaborativa, [...] formar uma rede, um trabalho em rede, um trabalho em parceria, um trabalho colaborativo, um trabalho que realmente sustente, de suporte para essa família, para essa criança, sabe? Quanto mais a gente conhece esse sujeito, quanto mais aprofunda os conhecimentos, né? Mas a gente tem chance de acertar na ação educativa. (Bela, Professora e Educadora Especial em Escola Regular)

Eu tenho certeza que todas as escolas gostariam de fazer um trabalho de parceria. [...] A gente precisa dessas trocas para poder atender melhor esses alunos porque a gente não trabalha aqui com reforço escolar, [...] o trabalho é muito maior do que isso, né? É para atingir esse alunos, para a gente realmente perceber melhorias, né? Conseguir fazer o melhor possível por eles. A gente precisa trabalhar em conjunto, em parceria. E nós aqui, profissional que atende na SIR, a gente precisa dessa troca com os profissionais de saúde, sabe? Com a equipe que atende no CAPS e isso tinha que ser rotina, sabe? Para que a

gente pudesse atender melhor esses alunos. Eu tenho certeza que qualquer professor que trabalha em sala de inclusão e até mesmo na escola de educação especial gostaria, né?
(Luna, Professora e Educadora Especial em Escola Regular).

Neste subcapítulo de análise, evidencia-se as visões das colaboradoras sobre um trabalho intersetorial e colaborativo realizado entre educação e saúde. Elas indicam a necessidade e relevância desse trabalho no contexto da saúde mental e educação.

As falas das colaboradoras mencionam perdas após a pandemia de um local para troca, evidenciou a perda de um espaço valioso de comunicação entre escolas e CAPSij. Um trabalho intersetorial requer investimentos na criação de um espaço (e tempo) propício para discussões e planejamento. Mangini, Kocourek e Morsch (2019) mostram que a intersetorialidade e o trabalho em rede estão condicionados às circunstâncias sócio-históricas, em conjunto com a intencionalidade, a compreensão e a orientação dos gestores sobre esses princípios. Merhy (1999) evidencia a complexidade de processos de gestão, pois afirma que a área da saúde está em permanente estruturação.

O sentimento de isolamento sentido pela escola foi mencionado, assim como a lacuna de informações sobre saúde mental entre os professores evidenciada por Silva, Gomes e Lima (2017), e apontam para a necessidade de um apoio interdisciplinar e intersetorial. A via de mão dupla entre escola e saúde, indicada pelas colaboradoras, evidencia o conceito de comunicação definido por Freire (1983) como um processo interativo e dialógico, no qual os indivíduos compartilham vivências, interpretações e significados.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os relatos das colaboradoras sobre a interação entre os Centros de Atenção Psicossocial Infantojuvenil (CAPSij) e as Escolas revelam diversos desafios, muitos deles complexos, mas que devem ser enfrentados na busca por uma comunicação eficaz e uma colaboração intersetorial. Esses desafios abrangem desde questões práticas, como a falta de contatos atualizados e a distância física das instituições, até barreiras mais profundas, como a escassez de recursos humanos e a falta de formação continuada para lidar com questões de saúde mental.

Ações que já ocorrem, como as “Reuniões de Redinha”, mostram uma tentativa para superar essas barreiras existentes e promover um espaço de colaboração que, no entanto, encontra obstáculos logísticos que destacam a necessidade de outras formas de abordagem como reuniões online para permitir a participação efetiva da maioria dos profissionais, mesmo diante de diversos outros desafios como a grande carga de trabalho.

Essa sobrecarga também surge como um grande desafio e está presente nas falas das colaboradoras. É uma questão central que afeta tanto as profissionais de CAPSij quanto as educadoras nas escolas. As colaboradoras destacam como as demandas diárias e a intensidade das responsabilidades muitas vezes impedem uma comunicação entre os setores. Essa falta de tempo disponível para participar de reuniões intersetoriais ou para buscar formas de comunicação mais diretas impacta diretamente na capacidade de construir uma rede sólida que visa um trabalho intersetorial e colaborativo. Essa sobrecarga também pode contribuir para uma sensação de isolamento e de impotência, dificultando a busca por alternativas por essas profissionais.

As colaboradoras ressaltam a necessidade de um trabalho mais integrado e colaborativo entre os setores de saúde mental e educação, expressando um desejo de espaços regulares para troca e discussão, onde elas e outros profissionais de diferentes campos possam compartilhar conhecimentos, experiências e estratégias para lidar com os desafios que surgem ao atender crianças e adolescentes em situações de vulnerabilidade psicossocial.

Eles enfatizam a complementaridade das perspectivas educacionais e de saúde mental, argumentando que uma abordagem colaborativa pode aprimorar a compreensão dos desafios enfrentados e promover um cuidado mais integrado entre saúde e educação. Ceccim e Merhy (2009) afirmam que uma condição de rede possibilita e potencializa, na pesquisa-ação,

conexões inéditas, promove a experimentação a partir dos diferentes participantes dessa rede, das diferentes linhas de atuação, da escuta atenta de realidades e da compreensão das práticas em ação.

É evidente que as dificuldades enfrentadas nesse processo não são meramente isoladas, mas sim geradas a partir de conjunturas mais amplas como a falta de investimento, descontinuidade de ações e problemas de gestão. Portanto, as considerações apresentadas pelas colaboradoras destacam a urgência de políticas e práticas que fomentem a intersetorialidade e a construção de ambientes capazes de integrar e possibilitar um trabalho colaborativo que atue diretamente com crianças e adolescentes, principalmente aquelas que apresentam Necessidades Educacionais Especiais.

O papel de pedagogos e profissionais da educação em espaços como CAPSij é multifacetado e crucial para promover um ambiente de cuidado e desenvolvimento voltado às Necessidades Educacionais Especiais. Além de atuarem como defensores das potencialidades da escola, desempenham um papel fundamental de questionar práticas, através de um olhar pedagógico e sensível, sempre direcionando as NEE e a construção de relações de cuidado, abrangendo diferentes aspectos como cognitivos, emocionais e sociais. Sua atuação transcende o campo educacional e desempenha um papel significativo na promoção do bem-estar ao afetar-se e produzir afetos.

A presença de pedagogos(as) em serviços de saúde pode ser um dos fatores necessários para o estabelecimento de redes, promoção de intersetorialidade e trabalho colaborativo entre saúde e educação.

REFERÊNCIAS

BATTISTELLI, B. M.; CRUZ, L. R.. Saúde Mental na Infância: cuidado e cotidiano nas políticas públicas. **Polis e Psique**, Porto Alegre, v. 6, n. 3, p. 187-205, 2016.

BELTRAME, M. M.; BOARINI, M. L. Saúde Mental e Infância: Reflexões Sobre a Demanda Escolar de um CAPSi. **Psicologia: Ciência e Profissão**, Brasília, DF, v. 33, n. 2, 336-349, 2013.

BRASIL. Constituição [1988]. Constituição da República Federativa do Brasil. Senado Federal, 1988.

BRASIL. **Lei Nº 8.069, de 13 de julho de 1990**. Estatuto da Criança e do Adolescente. Diário Oficial da União, 16 de julho de 1990.

BRASIL. **Lei Nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União. Brasília, DF, 20 de dez. 1996.

BRASIL. **Lei Nº 10.216, de 6 de abril de 2001**. Dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial em saúde mental. Diário Oficial da União. Brasília, DF, 6 de abr. 2001.

BRASIL. Ministério da Saúde. Gabinete do Ministro. **Portaria Nº 336, de 19 de fevereiro de 2002**. Brasília, DF, 2002.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. **Saúde Mental no SUS: os Centros de Atenção Psicossocial**. Brasília, DF, 2004.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília, DF, 2008.

BRASIL. **Lei Nº 7.611, de 17 de novembro de 2011**. Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências. Diário Oficial da União. Brasília, DF, 17 de nov. 2011.

BRASIL. Ministério da Saúde. Gabinete do Ministro. **Portaria Nº 3.088, de 23 de dezembro de 2011**. Brasília, DF, 2011a.

BRESSAN, R. A.; KIELING, C.; ESTANISLAU, G. M.; MARI, J. de J. Promoção da saúde mental e prevenção de transtornos mentais no contexto escolar. *In*: ESTANISLAU, G. M.; BRESSAN, R. A. (Orgs.). **Saúde Mental na Escola: o que os educadores devem saber**. Porto Alegre: Artmed, 2014. p. 37-47.

CARDOSO, L.; GALERA, S. A. F. O cuidado em saúde mental na atualidade. **Revista da Escola de Enfermagem da USP**, São Paulo, v. 45, n. 3, p. 687-691, 2011.

CECCIM, R. B.; MERHY, E. E. Um agir micropolítico e pedagógico intenso: a humanização entre laços e perspectivas. **Interface - Comunicação, Saúde, Educação**, São Paulo, v. 13, p. 531-542, 2009.

CONFERÊNCIA MUNDIAL SOBRE NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECIAIS: ACESSO E QUALIDADE. **Declaração de Salamanca sobre Princípios, Política e Prática em Educação Especial**. Salamanca, Espanha, 1994.

FARIAS, I. M. S.; FRANCISCO, D.J. **Atuação do pedagogo no CAPS: uma revisão de literatura**. *Saberes Docentes em Ação*, Maceio, v. 6, n. 1, p. 22-39, 2022.

FREIRE, P. **Extensão ou Comunicação?** 8ª Ed. Rio de Janeiro: A Paz e Terra, 1983.

GIL, A. C. Como Classificar as Pesquisas?. *In*: _____. **Como Elaborar Projetos de Pesquisas**. São Paulo: Atlas, 2002. p.41-43.

MANGINI, F. N. da R.; KOCOUREK, S.; MORSCH, C. A construção de uma rede intersetorial de cuidados em saúde mental. **Emancipação**, Ponta Grossa, v. 19, p. 1-14, 2019.

MERHY, E. E. O ato de governar as tensões constitutivas do agir em saúde como desafio permanente de algumas estratégias gerenciais. **Ciência e Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 2, p. 305-3014. 1999.

OLIVEIRA, W. A. de; SILVA, M. A. I.; SILVA, J. L. da; CARLOS, D. M.; PEREIRA, B.; SANTOS, M. A. dos. Implications of School Bullying Victimization in Mental Health: Qualitative Evidence. **Psico-USF**, Bragança Paulista, v. 26, n. 4, p. 673-684, out./dez. 2021.

PORTO ALEGRE. **Lei Nº 11.858, de 25 de junho de 2015**. Institui o Plano Municipal de Educação (PME). Diário Oficial do Município, Porto Alegre, 26 de junho de 2015.

RIO GRANDE DO SUL. **Lei Nº 14.705, de 25 de junho de 2015.** Institui o Plano Estadual de Educação - PEE - em cumprimento ao Plano Nacional de Educação - PNE -, aprovado pela Lei Federal Nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Diário Oficial do Estado, RS, 26 de junho de 2015.

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. **A Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva:** diretrizes orientadoras para a rede estadual de ensino do Rio Grande do Sul - Caderno Pedagógico 01. Porto Alegre, RS, 2014.

SILVA, J. L. B. da; GOMES, E. B.; LIMA, I. de S. Bullying na Escola: uma revisão literária. **Revista de Pesquisa Interdisciplinar**, Cajazeiras, n. 2, p. 426-436, set. de 2017.

SILVEIRA, D. T.; CÓRDOVA, F. P. Unidade 2 - A Pesquisa Científica. *In:* GERHARDT T. E.; SILVEIRA, D. T. **Métodos de Pesquisa**. Porto Alegre: UFRGS Editora, 2009. p. 31-34.

TEIXEIRA, M. R.; COUTO, M. C. V.; DELGADO, P. G. G.. Atenção básica e cuidado colaborativo na atenção psicossocial de crianças e adolescentes: facilitadores e barreiras. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 22, n. 6, p. 1933-1942, 2017.

APÊNDICE A - ROTEIRO PARA ENTREVISTA COM PROFISSIONAIS DE CAPSiJ

ROTEIRO DA ENTREVISTA - CAPSIJ

Primeira parte: Identificação

1. Nome (se necessário, nome fictício):
 2. Formação:
 3. Local e tempo de atuação:
-

Segunda parte (CAPSiJ): O cotidiano no serviço

4. Tempo de atuação em CAPSiJ ou outros serviços de saúde mental:
 5. Composição da equipe:
 6. Organização do trabalho:
-

Terceira parte (CAPSiJ): As articulações com escolas

7. São realizados contatos com as escolas dos usuários?
8. Quem realiza esses contatos?
9. Com quem (profissional da escola) esses contatos são realizados (direção, coordenação, orientação ou professor titular)?
10. Qual a frequência do contato?
11. Na sua experiência, as escolas atuam em conjunto no acompanhamento e cuidados dos usuários?
12. Existem fatores limitantes que podem ocasionar uma falta de comunicação entre CAPSiJ e as escolas dos usuários?
13. Existem fatores que podem facilitar a comunicação entre CAPSiJ e as escolas dos usuários?
14. Quais poderiam ser as possibilidades de um trabalho intersetorial e colaborativo entre CAPSiJ e escolas?

APÊNDICE B - ROTEIRO PARA ENTREVISTA COM PROFESSORAS E EDUCADORAS ESPECIAIS

ROTEIRO DA ENTREVISTA - ESCOLAS

Primeira parte: Identificação

1. Nome (se necessário, nome fictício):
 2. Formação:
 3. Local e tempo de atuação:
-

Segunda parte (Escolas): O cotidiano no serviço

4. Tempo de docência em escolas e outros locais educativos:
 5. Composição da equipe:
 6. Organização do trabalho:
-

Terceira parte (Escolas): As articulações com CAPSij

7. Tem alunos que também são usuários de CAPSij?
8. São realizados contatos com os CAPSij que atendem os alunos com transtornos ou em sofrimento psíquico?
9. Quem realiza esses contatos?
10. Com quem esses contatos são realizados (psiquiatras, terapeutas, psicólogos(as), profissionais de educação física, enfermeiros(as), fonoaudiólogos(as), pedagogos(as) etc)?
11. Qual a frequência do contato?
12. Na sua experiência, os CAPSij atuam em conjunto no acompanhamento e cuidados dos estudantes que são usuários desse serviço?
13. Existem fatores limitantes que podem ocasionar uma falta ou qualidade de comunicação entre as escolas e os CAPSij que atendem aos estudantes?
14. Existem fatores que podem facilitar a comunicação entre as escolas e CAPSij que atendem os estudantes?
15. Quais poderiam ser as possibilidades de um trabalho intersetorial e colaborativo entre escolas e CAPSij?

ANEXO A - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Faculdade de Educação
Departamento de Estudos Especializados
Área de Educação Especial, Educação Bilingue e Libras

Professora Doutora Daniele Noal Gai

Projeto de Pesquisa 2019 - 2023

Entre: Artesanias da Diferença

(encontros com os modos de existir, narrar e aprender com a deficiência e a loucura)

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Eu, _____,
R.G. _____, declaro, por meio deste termo, que concordei em participar da pesquisa “Entre: Artesanias da Diferença (encontros com os modos de existir, narrar e aprender com a deficiência e a loucura)”, coordenada pela pesquisadora Daniele Noal Gai, docente da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, a quem poderei contatar a qualquer momento.

Fui informado(a) dos objetivos estritamente acadêmicos do estudo, que são: produzir narrativas acerca dos modos de existir, narrar e aprender com a deficiência e com a loucura junto a pessoas com deficiência e usuários de saúde mental, assim como com profissionais das áreas da educação especial e saúde mental que atuam com ou junto à deficiência e à loucura, a fim de modificar processos e práticas em saúde mental e em educação especial no âmbito das redes de saúde e ensino público.

A pesquisadora explicou que a participação nesta pesquisa não infringe as normas legais e éticas da pesquisa. No entanto, poderá ocasionar algum constrangimento ao responder algumas perguntas estritamente a partir dos objetivos da pesquisa. A fim de amenizar este desconforto será mantido o sigilo e confidencialidade das informações. Além disso, foi assegurado que posso deixar de participar da investigação a qualquer momento, sem sofrer quaisquer sanções ou constrangimentos.

O uso das informações oferecidas serão apenas em atividades acadêmicas (trabalho de pesquisa, relatório de pesquisa, análise de pesquisa, artigos científicos, sites, palestras, seminários etc). Tais informações serão identificadas com: pseudônimo ou nome fictício (); meu nome (); meu nome e sobrenome ().

A minha colaboração se dará a partir de aceite a uma carta convite individual e participarei de forma espontânea, sem nenhuma atribuição de valor ético ou moral, conceito ou avaliação para as narrativas e atividades desenvolvidas. Estou ciente de que a minha participação não envolve nenhuma forma de incentivo financeiro, remuneração, sendo a única finalidade desta participação a contribuição para o sucesso da pesquisa em questão.

Será seguido o plano de contingência e as recomendações para o desenvolvimento de pesquisas na pandemia da COVID-19.

Estou ciente de que, caso eu tenha dúvida, ou me sinta prejudicado(a), poderei contatar a pesquisadora responsável no telefone (51) 99729-4176 e através do e-mail daninoal@gmail.com. Qualquer dúvida quanto a procedimentos éticos também pode ser sanada com o Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), situado na Av. Paulo Gama, 110 - Sala 317, Prédio Anexo 1 da Reitoria - Campus Centro, Porto Alegre/RS - CEP: 90040-060 e que tem como fone 55 51 3308 3738 e e-mail: etica@propesq.ufrgs.br.

A minha colaboração se iniciará apenas a partir da entrega desse documento por mim assinado.

Declaro que recebi a Carta Convite para participar desta pesquisa e aceitei. Declaro também que realizei perguntas, esclareci dúvidas e entendi os objetivos da pesquisa e este Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

_____, ____ de _____ de 20 ____.

Assinatura do(a) Colaborador(a) da Pesquisa _____

Assinatura da pesquisadora Professora Dra. Daniele Noal Gai _____

Assinatura da Estudante Bolsista _____